

MATERIAL DE ATIVIDADE ESCOLAR



**2º ANO
EM**



Nome da Escola	
Nome do Estudante	
Ano/Ciclo	

1º Bimestre - 2020

Mauro Mendes Ferreira
Governador do Estado de Mato Grosso

Otaviano Olavo Pivetta
Vice-Governador de Mato Grosso

Marioneide Angélica Kliemachewsk
Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso

Rosa Maria Araújo Luzardo
Secretária Adjunta de Gestão Educacional

Richard Carlos da Silva
Superintendente de Políticas de Educação Básica

Adriano Sabino Gomes
Superintendente de Políticas de Desenvolvimento Profissional

Rosangela Maria Moreira
Superintendente de Políticas de Gestão Escolar

Lúcia Aparecida dos Santos
Superintendente de Políticas de Diversidade

SUMÁRIO

1.	História	1
2.	Geografia	5
3.	Filosofia	10
4.	Sociologia.....	11

Grupo de trabalho

Adriana Nezeir de Almeida Duarte - CBA- História

Arthur José Pimentel Lopes - CBA - Filosofia

Cristiane dos Santos Silva - Líder de Equipe

Francisco Miranda Filho - ROO - Geografia

Gerson Ribeiro da Rosa - Geografia

Karina Aparecida Geraldo - CBA - História

Patrícia Simone da Silva Carvalho - Sociologia - Líder de Equipe

Apresentação

Queridos estudantes, iniciamos aqui uma nova jornada! Nesse momento de isolamento social que estamos vivendo, precisamos nos reinventar, buscar novas maneiras de continuar a desenvolver da melhor maneira possível nossas atividades cotidianas. E os estudos não podem parar, não é mesmo? Por isso, nós da Secretaria de Estado de Educação desenvolvemos um material de apoio dividido em texto e atividades para dinamizar o estudo individual, mantendo a busca pelo conhecimento ativo dentro de cada um de vocês.

O estudo das Ciências Humanas, especialmente para você, que é estudante do Ensino Médio, é de suma importância e você irá descobrir quando começar a folhear estas páginas e perceber como o estudo desses componentes curriculares pode lhe ajudar a entender melhor o funcionamento da vida em sociedade.

Esse material foi desenvolvido especialmente para que você perceba que as Ciências Humanas podem proporcionar a vocês uma visão integrada da vida humana e social. Levando vocês a desempenhar com mais eficácia sua participação social, com mais criticidade e realizar com mais critérios a análise do funcionamento da Sociedade.

Esperamos essas aulas sejam bastante úteis nesse período de isolamento social.

Bons estudos!

1. História

O que é cultura???



CONCEITO DE CULTURA:

O termo cultura possui hoje diversos conceitos. Para se ter ideia da sua abrangência, estudiosos de diferentes áreas do conhecimento como Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, por exemplo, já dedicaram parte do seu trabalho ao estudo específico do termo sem, no entanto, chegarem a um consenso. Originalmente, esta expressão vem do latim – colere – e significa cultivar. Com os romanos, na Antiguidade, a palavra cultura foi usada pela primeira vez no sentido de destacar a educação aprimorada de uma pessoa, seu interesse pelas artes, pela ciência, filosofia, enfim, por tudo aquilo que o aspecto, a abrangência do termo tornou-se, de lá até nossos dias, cada vez maior, sendo aplicado nas mais diversas situações, ou seja, desde o plantio de um produto agrícola, do cultivo da pesca, criação de animais etc., até o trabalho científico realizado por pesquisadores das Universidades. A todas essas atividades, portanto, podemos aplicar o termo cultura.

Apenas para ilustrar, no Novo Dicionário de Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, aparecem nada menos que oito conceitos diferentes de cultura. De todos, vale a pena destacar o terceiro, que parece ser o mais abrangente e o mais completo:

Cultura é:

O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização: a cultura ocidental: a cultura dos esquimós.

Assim, e conforme o conceito acima – o que podemos entender por cultura? Cultura, quando aplicada ao nosso estilo de vida, ao convívio social, nada tem a ver com a leitura de um livro ou aprender a tocar um instrumento, por exemplo. Na realidade, o trabalho do antropólogo, estudioso da cultura humana, começa pela investigação de culturas, ou seja, pelo modo de vida, padrões de comportamento, sistema de crenças, que são característicos de cada sociedade. Em outras palavras, pode-se dizer que nenhuma sociedade, nenhum povo, seja ele atrasado ou desenvolvido, primitivo ou civilizado, jamais agirá de forma idêntica aos demais. Poderá haver, isso sim, algumas semelhanças. O monoteísmo, por exemplo, tornam semelhantes às sociedades, os povos que acreditam em um só deus. Mas assemelha-os, apenas. A forma de cultuar esse deus, seu significado, o que ele representa, enfim, todo o sistema de crenças é diferente de um povo para outro.

No Brasil, as mesmas formas de conduta e os padrões culturais mudam nitidamente de uma região para outra, embora formalmente haja unidade cultural determinada principalmente pela unicidade do idioma português e da religião católica. Na prática, porém, a situação é outra. Há uma cultura regional no Norte do nosso país, que bem caracteriza o estilo de vida do homem da Amazônia e o diferencia literalmente do habitante do Sudeste e Sul.

Não bastassem os usos e costumes diferentes, o nortista (assim como o gaúcho e o nordestino) criou algumas expressões que lhes são próprias. É o que acontece com a palavra palhaço. Enquanto no Sudeste e Sul ela é sistematicamente usada para xingar, dirigir insultos, no Norte ela mantém apenas o significado original, ou seja, o artista de circo que faz rir. Curioso notar que, nesse caso, a pessoa a quem foi dirigida a expressão fica até lisonjeada e orgulhosa por ter sido comparada a um artista.

O fato significativo, no entanto, é sabermos que jamais encontraremos duas comunidades com culturas iguais. É preciso notar que a sociedade é formada por um

contingente organizado de pessoas, regidas pelo mesmo conjunto de normas e leis, que de alguma forma aprenderam a viver e a trabalhar juntas para a própria manutenção dessa sociedade. Uma cultura, por outro lado, é também um grupo organizado de padrões culturais, normas, crenças, leis naturais, convenções, entre outras coisas, em constante processo de transformação. Assim, apesar da inter-relação cultura e sociedade ser muito estreita e ininterrupta, de serem mesmo imprescindíveis uma à outra, temos de ter sempre em mente o seguinte aspecto: são duas coisas distintas que apresentam dinâmicas diferentes.

Nesses termos, é claro, nada impede, por exemplo, que a sociedade brasileira tenha uma cultura que abranja todo o seu território e, ao mesmo tempo, coexista com essa cultura a nível nacional e uma outra regional. Até porque a própria dinâmica da cultura, seu processo de transformação, permite, ao longo do curso da história, a aquisição de novos elementos e o abandono (quase sempre por desuso) de outros. Esse fenômeno é universal e tem influências no folclore de qualquer sociedade. Com o advento dos veículos de comunicação de massa, vamos notar que esse processo, em parte, tende a se homogeneizar.

Referências

LINTON, Ralph. **O homem: Uma introdução à antropologia**. 3ª ed., São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959. Apud. LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 16ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p.106-108.

CALDAS, Waldenyr. **O que todo o cidadão precisa saber sobre cultura**. São Paulo: Global, 1986. Disponível em: <http://novocorte.com/quadroegiz/mat_prof/cons_dif3.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020.

1.2. Significado de Diversidade Cultural

A diversidade cultural está diretamente ligada à pluralidade da expressão, à variedade dos costumes e às maneiras de diferenciação. De uma forma bastante simples, a diversidade delimita e exalta uma dada cultura.

Os processos de colonização de séculos passados criaram uma maior homogeneização. Extinguindo inúmeras culturas, a diversidade chega para representar e destacar as que ainda sobrevivem.

A miscigenação cultural, no entanto, possibilita que um pouco da diversidade cultural da Ásia resida na América. Que uma parcela da África esteja na Europa, e assim por diante.

A globalização não só abrangeu o mundo no campo da economia e da comunicação. Ela também possibilitou uma troca de experiências; uma vazão da diversidade cultural que pouco se via em alguns lugares, e agora se espalha pelo mundo.

Diversidade cultural no Brasil



O Brasil é um país de tamanho continental. Consequentemente, uma diversidade cultural imensa é observada.

Não é necessário pensar muito para lembrar de como os costumes no Rio Grande do Sul são diferentes dos costumes do Nordeste. Dois estados de muita tradição que abrangem o mesmo território, e, ainda assim, de diferenças enormes nos costumes observados.

Assim, o Brasil, por ter essa imensa extensão territorial, compreende costumes diversos ao longo do país. Desde as diferenças climáticas, como econômicas, sociais, gastronômicas e culturais.

Os responsáveis principais por essa variada e enriquecida cultura está ligada às:

- Colonizações europeias a partir dos anos 1500.
- Migração europeia ocorrida no final do século XIX e início do século XX.
- Escravos oriundos da África.
- População indígena nativa.

Além disso, uma forte política global tem inserido costumes dos próprios Estados Unidos e Reino Unido (e Irlanda) no Brasil. O feriado de Halloween e o dia de São Patrício são exemplos desta influência recente.

A globalização como um risco à diversidade cultural

Muitos pesquisadores e observadores da expoente globalização recente têm manifestado preocupações quanto a mesma. Isso porque, segundo apontamento, ela distanciaria a diversidade entre culturas ao aproximar nações em demasia.

Pensando nisso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem um trabalho digno. O intuito é o de preservação das riquezas culturais, bem como na manutenção de culturas, sobretudo isoladas

A UNESCO emitiu uma Declaração sobre a Diversidade Cultural. Reconhecendo as inúmeras culturas do mundo como uma “herança em comum da sociedade”. A humanidade, assim, estaria na responsabilidade de proteger e promover a diversidade cultural.

O objetivo é o de manutenção das culturas e a permanência da identidade cultural das diferentes nações.

Referências

AZEVEDO, Gislane e SERIACOPI, Reinaldo^{1ª} ed., São Paulo: Editora Ática, 2007, p. 592. Disponível em: <<https://www.todoestudo.com.br/geografia/diversidade-cultural>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

2. Geografia. Recursos hídricos brasileiros

Caro estudante, como sabemos a água é um mineral indispensável em nossas vidas, que tal sabermos como ela se encontra distribuída no território brasileiro?

O território brasileiro detém a maior reserva de água doce do planeta. Em virtude de seu clima, da extensão territorial e da localização geográfica, a rede hidrográfica brasileira concentra aproximadamente cerca de 12% de toda água doce existente no mundo. Levando em consideração o continente americano, as reservas hídricas brasileiras correspondem a 34% do total e na América do Sul, a 56% (dados da Agencia Nacional de Águas - ANA).

Entretanto os recursos hídricos brasileiros não estão distribuídos de forma homogênea em seu território, justamente as áreas menos povoadas do país é que concentram a maior parte dos recursos hídricos, confira na tabela abaixo.

Distribuição dos recursos hídricos e densidade demográfica ano Brasil

Região	Densidade demográfica (hab/km ²)	Concentração dos recursos hídricos do país
Norte	4,12	68,5%
Nordeste	34,15	3,3%
Centro-Oeste	8,75	15,7%
Sudeste	86,92	6%
Sul	48,58	6,5%

Fonte: IBGE / Agência Nacional das Águas (2010)

2.1. Os rios brasileiros

Vamos agora aprender as principais características dos rios brasileiros.

A rede hidrográfica brasileira é caracterizada por rios caudalosos e **perenes**, ou seja, que não secam. Dentre os rios perenes brasileiros podemos destacar o rio Amazonas, o Paraná, o Tocantins e o São Francisco. Observe na imagem ao lado a foto de um rio perene.



(Imagem disponível em: <https://www.google.com/search?q=imagens+de+rios+perenes>. Acesso em 09/04/2020).

Também existem rios **intermitentes**, aqueles que secam durante a estiagem, como podemos observar na imagem ao lado. (Disponível em: <https://www.google.com/search?q=imagens+de+rios+perenes>, Acesso 09/04/2020).



O território brasileiro possui em sua maior parte rios perenes com sistema de alimentação pluvial tropical, ou seja, são abastecidos pelas águas das chuvas, principalmente no período correspondente ao verão, com períodos de cheias nessa estação e vazante no período do inverno quando o índice pluviométrico diminui. Com exceção de alguns rios nordestinos cujas cheias ocorrem entre as estações do outono e inverno.

Na porção setentrional do sertão nordestino estão localizados os rios intermitentes, do território brasileiro, em uma região de clima semi-árido tendo como característica principal o regime irregular de chuvas, sendo este um dos maiores responsáveis pela existência destes rios nesta região. Seu desaparecimento temporário no período de seca ocorre devido o lençol freático se tornar mais baixo do que o nível do canal do rio, e cessando sua alimentação, devido ao período de estiagem.

Grande parte dos rios brasileiros apresenta a foz em forma de **estuário**. Um estuário é o ambiente aquático de transição entre um rio e o mar. O estuário sofre a influência das marés e apresenta fortes gradientes ambientais, desde águas doces próximos da sua cabeceira, águas salobras, e águas marinhas próximo da sua desembocadura.

Estuário do Rio São Francisco



Disponível em: <https://www.google.com/search?q=imagens+de+um+rio+em+estuário>. Acesso 09 abr. 2020

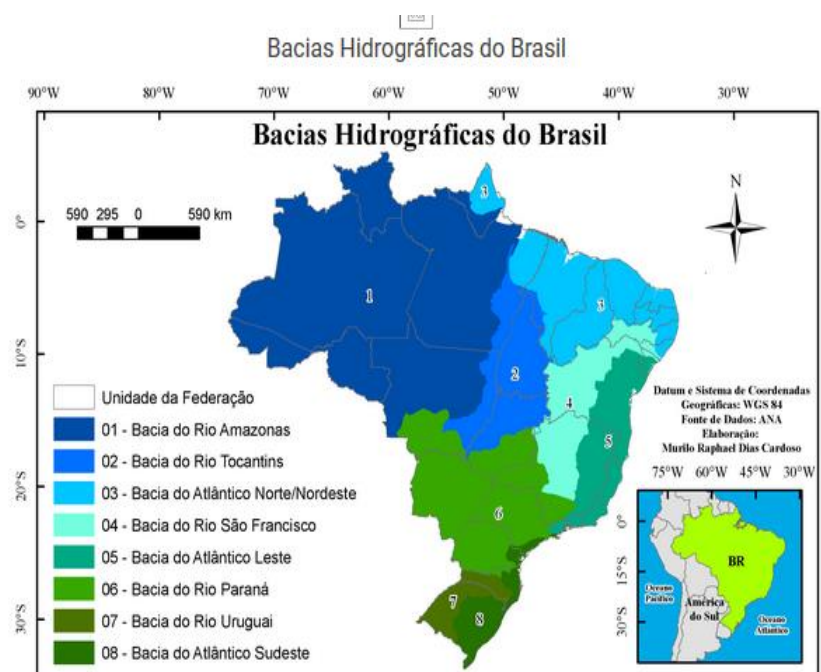
Mas existem exceções, há rios em forma de delta. Na geografia, designa-se por delta a foz de um rio formada por vários canais ou braços do leito do rio. Esse tipo de foz é comum em rios de planícies, devido à pequena declividade e, conseqüentemente, pequena capacidade de descarga de água, o que favorece o acúmulo de areia e aluviões na foz do rio. Como pode observar na imagem ao lado (Disponível em: <https://www.google.com/search?q=imagens+de+u+m+rio+em+estuário>. Acesso em 09/04/2020).



O sistema de drenagem dos rios brasileiros em sua grande maioria é exorreica, ou seja, suas águas fluem do interior do continente para os oceanos. Grande parte destes rios estão localizados em regiões de planalto, apresentando encachoeiramento e permitindo seu aproveitamento para hidrelétricas, pois quanto maior for o desnível do planalto, maior será o potencial hidrelétrico. Já os rios de planície não apresentam grandes declives acentuados ou expressivos em seu curso o que favorece a navegação

2.2. Bacias hidrográficas brasileiras

Bacia hidrográfica corresponde a uma área drenada por um rio principal, seus afluentes e subafluentes. A topografia do terreno é responsável pela drenagem da água, além de ser responsável por delimitar as bacias, ou seja, as partes mais altas do relevo determinam para onde as águas da chuva irão escoar. A hidrografia brasileira está dividida em oito bacias, de



acordo com a imagem ao lado (Imagem disponível em <http://murilocardoso.com/2012/01/23/mapas-regioes-hidrograficas-bacias-hidrograficas-e-sub-bacias-do-brasil>. Acesso em 09 abr. 2020).

2.3. Regiões hidrográficas brasileiras

A Divisão Hidrográfica Nacional, instituída pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), estabelece as doze Regiões Hidrográficas brasileiras. São regiões hidrográficas: bacias, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas próximas, com características naturais, sociais e econômicas similares. Esse critério de divisão das regiões visa orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos em todo o país. (Fonte: Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil/panorama-das-aguas>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

As 12 Regiões Hidrográficas Brasileiras

Clique nas regiões para mais detalhes:

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| ■ Amazônica | ■ Atlântico Leste |
| ■ Tocantins-Araguaia | ■ Atlântico Sudeste |
| ■ Atlântico NE Ocidental | ■ Paraná |
| ■ Parnaíba | ■ Paraguai |
| ■ Atlântico NE Oriental | ■ Uruguai |
| ■ São Francisco | ■ Atlântico Sul |



Fonte: Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil/panorama-das-aguas>>. Acesso em: 9 abr. 2020.



3. Filosofia

TEXTO 1:

Fonte: pt.wikipedia.org

Recebe o nome de **Império de Axum** o antecessor natural do Império da Etiópia, que existiu por volta do século IV a.C. até o primeiro século da atual era. Este, por sua vez, foi o sucessor de um reino localizado na Eritreia e norte da Etiópia, conhecido como Diamat, que existiu por volta de 700 até 400 a.C. Como o próprio nome indica, a capital do reino estava localizada na cidade de Axum, bem ao norte do atual estado africano, famosa por ali ser apontado como o lugar onde é guardada por monges ortodoxos etíopes a Arca da Aliança.

[...]

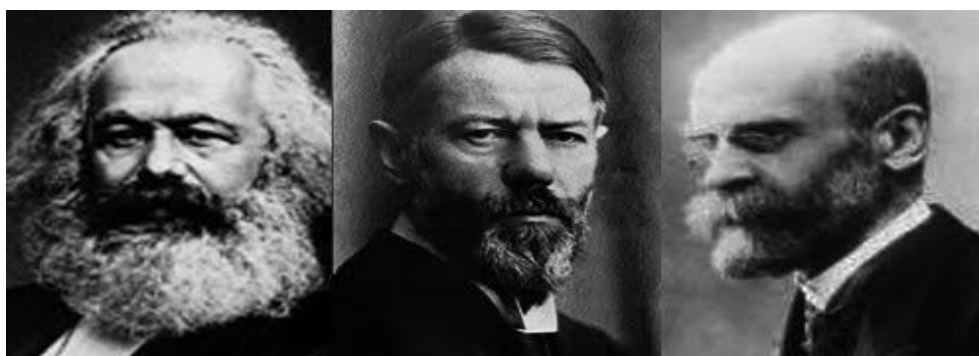
O império Axumita teve importância definitiva no comércio entre o Império Romano e o subcontinente indiano, servindo de "ponte" para a troca de produtos entre o ocidente e o oriente. Prova da importância deste antigo reino africano é atestado pela cunhagem de inúmeras moedas de ouro e prata, durante a administração de vários monarcas locais, e que traziam inscrições em Ge'ez (a língua do império) e grego, prova de que este antigo estado tinha proeminência no comércio internacional de seu tempo (o grego era a língua preferencial para qualquer contato internacional). Foi aliás nesta época que se criou a escrita Ge'ez, ainda hoje utilizada, um dos poucos sistemas de escrita exclusivamente africano.

Ainda durante a existência do estado de Axum, o povo etíope adotou a religião cristã, durante o reinado de Ezana (cerca de 320 da era Cristã), adaptando-a à sua realidade e tornando-a uma forma de identificação de sua nacionalidade. Apesar disso, a igreja ortodoxa etíope ficaria subordinada à igreja copta egípcia desde o início até 1959, quando finalmente estes dois ramos do cristianismo com seus ritos particulares se separaram. Antes de sua conversão ao cristianismo, o povo adotava uma religião própria que tinha nos elementos da natureza o alvo de seu culto (o símbolo desta religião aparece nas moedas do reino, uma lua crescente, com as pontas para cima). Uma porcentagem considerável dos súditos de Axum cultuava ainda o judaísmo, praticado na Etiópia atual por menos de 1% da população total.

Axum chegará ao fim devido à expansão muçulmana e a pressão de reinos vizinhos. A população do Império foi forçada a se isolar no interior de seu território, causando conseqüente declínio de sua cultura e comércio, apagando aos poucos os traços desta distinta sociedade. O Império Axumita seria sucedido pelo Estado constituído pela dinastia Zagwe, que floresceu por volta do século XI.

SANTIAGO, Emerson. Império de Axum. Disponível em: <https://www.infoescola.com/africa/imperio-de-axum/>. Acessado dia 09 abr. 2020.

4. Sociologia. Poder e Estado: Democracia representativa



(MARX; WEBER; DURKHEIM – IMAGEM: GOOGLE)

4.1. As teorias sociológicas clássicas sobre o Estado

Marx, Durkheim e Weber, os três autores clássicos da Sociologia, tiveram, cada um a seu modo, uma vida política intensa e fizeram reflexões importantes sobre o Estado e a democracia de seu tempo. Vamos ver o que pensavam sobre esses temas.

Karl Marx. Tendo escrito sobre as questões que envolvem o Estado num período em que o capitalismo ainda estava em formação, Marx não formulou uma teoria específica sobre o Estado e o poder. Num primeiro momento, ele se aproximou da concepção anarquista, definindo o Estado como uma entidade abstrata, em contradição com a sociedade. Seria uma comunidade ilusória, que procuraria conciliar os interesses de todos, mas principalmente daqueles que dominavam economicamente a sociedade.



(Imagem: google)

No livro **A ideologia alemã**, escrito em 1847 em parceria com Friedrich Engels, Marx identificou a divisão do trabalho e a propriedade privada, geradoras das classes sociais, como a base do surgimento do Estado, que seria a expressão jurídico-política da sociedade burguesa. A organização estatal apenas garantiria as condições gerais da produção capitalista, não interferindo nas relações econômicas. Em 1848, no Manifesto Comunista, Marx e Engels afirmaram que os dirigentes do Estado moderno funcionavam como um comitê executivo da classe dominante (burguesia).

Nos livros escritos entre 1848 e 1852, *As lutas de classe na França* e **O dezoito brumário de Luís Bonaparte**, analisando uma situação histórica específica, Marx declara que o Estado nasceu para refrear os antagonismos de classe, e, por isso, é o Estado da classe dominante. Mas existem momentos em que a luta de classes é equilibrada e o Estado se apresenta com independência entre as classes em conflito, como se fosse um mediador.

Analisando a burocracia estatal, Marx afirma que o Estado pode estar acima da luta de classes, separado da sociedade, como se fosse autônomo. É nesse sentido que pode haver um poder que não seja exercido diretamente pela burguesia. Mesmo dessa forma, o Estado continua criando as condições necessárias para o desenvolvimento das relações capitalistas, principalmente o trabalho assalariado e a propriedade privada.

No livro **A guerra civil na França**, escrito em 1871, Marx analisa a Comuna de Paris e volta a olhar a questão do Estado de uma perspectiva que se aproxima da anarquista. O desaparecimento do Estado seria resultante da transferência do poder para a federação de associações dos trabalhadores. Para Karl Marx o Estado é, portanto, uma organização cujos interesses são os da classe dominante na sociedade capitalista: a burguesia.

Émile Durkheim. Ao analisar a questão da política e do Estado, Durkheim teve como referência fundamental a sociedade francesa de seu tempo. Como sempre esteve preocupado com a coesão social, inseriu-a de forma clara na questão. Para ele, o Estado é fundamental numa sociedade que fica cada dia maior e mais complexa, devendo estar acima das organizações comunitárias. Durkheim dizia que o Estado “concentrava e expressava a vida social”. Sua função seria eminentemente moral, pois ele deveria realizar e organizar o ideário do indivíduo e assegurar-lhe pleno desenvolvimento. E isso se faria por meio da educação pública voltada para uma formação moral sem fins conceituais ou religiosos.

De acordo com o filósofo, o Estado não é antagônico ao indivíduo. Foi o Estado que emancipou o indivíduo do controle despótico e imediato dos grupos secundários, como a família, a Igreja e as corporações profissionais, dando-lhe um espaço mais amplo para o desenvolvimento de sua liberdade.

Para Durkheim, na relação entre o Estado e os indivíduos, é importante saber como os governantes se comunicam com os cidadãos, para que estes acompanhem as ações do governo. A intermediação deve ser feita por canais como os jornais e a educação cívica ou pelos órgãos secundários que estabelecem a ponte entre governantes e governados, principalmente os grupos profissionais organizados, que são a base da representação política e da organização social.

Quando se refere aos sistemas eleitorais, Durkheim critica os aspectos numéricos do que se entende por democracia. Tomando como exemplo as eleições de 1893 na França, declara que havia no país, naquele ano, 38 milhões de habitantes. Tirando as mulheres, as crianças, os adolescentes, todos os que eram impedidos de votar por alguma razão, apenas 10 milhões eram eleitores. Desses 10 milhões, foram votar em torno de 7 milhões. Os deputados eleitos, ou seja, os vencedores das eleições somaram 4 592 000 de votos e os que não venceram tiveram 5 930 000 de votos, número superior ao dos vencedores.

Conclui Durkheim: “[...] se nos ativermos às considerações numéricas, será preciso dizer que nunca houve democracia”. Para Durkheim, portanto, o Estado é uma organização com um conteúdo inerente, ou seja, os interesses coletivos.

Max Weber. Cinquenta anos depois da publicação do Manifesto Comunista, por Marx e Engels, num momento em que o capitalismo estava mais desenvolvido e burocratizado, Weber escreveu sobre as questões do poder e da política. Questionava: como será possível o indivíduo manter sua independência diante dessa total burocratização da vida? Esse foi o tema central da Sociologia política weberiana. Se Durkheim tinha como foco a sociedade francesa, Weber manifestava uma preocupação específica com a estrutura política

alemã, mas levava em conta também o sistema político dos Estados Unidos e da Inglaterra. Além disso, estava atento ao que acontecia na Rússia, principalmente após a revolução de 1905.

Para ele, na Alemanha unificada por Otto von Bismarck, o Estado era fundamentado nos seguintes setores da sociedade: o Exército, os junkers (grandes proprietários de terras), os grandes industriais e a elite do serviço público (alta burocracia). Em 1917, escrevendo sobre Bismarck, dizia que este havia deixado uma nação sem educação e sem vontade política, acostumada a aceitar que o grande líder decidisse por ela.

Ao analisar o Estado alemão, Weber afirma que o verdadeiro poder estatal está nas mãos da burocracia militar e civil. Portanto, para ele, o “Estado é uma relação de homens dominando homens” mediante a violência, considerada legítima, e “uma associação compulsória que organiza a dominação”. Para que essa relação exista, é necessário que os dominados obedeçam à autoridade dos que detêm o poder. Mas o que legitima esse domínio? Para Weber há três formas de dominação legítima: a tradicional, a carismática e a legal.

A dominação tradicional é legitimada pelos costumes, normas e valores tradicionais e pela “orientação habitual para o conformismo”. É exercida pelo patriarca ou pelos príncipes patrimoniais. A dominação carismática está fundada na autoridade do carisma pessoal (o “dom da graça”), da confiança na revelação, do heroísmo ou de qualquer qualidade de liderança individual. É exercida pelos profetas das religiões, líderes militares, heróis revolucionários e líderes de um partido.

A dominação legal é legitimada pela legalidade que decorre de um estatuto, da competência funcional e de regras racionalmente criadas. Está presente no comportamento dos “servidores do Estado”.

Para Max Weber, portanto, o Estado é uma organização sem conteúdo inerente; apenas mais uma das muitas organizações burocráticas da sociedade.



4.2. Democracia, representação e partidos políticos.

As diversas formas que o Estado assumiu na sociedade capitalista estiveram ligadas à concepção de soberania popular, que é a base da democracia. Mas tal soberania só se torna efetiva com a representação pelo voto. Para ampliar o número de pessoas com direito de votar e ser votadas foram necessárias muitas lutas. Isso significa que o liberalismo só se tornou democrático porque foi forçado a isso. Na época do liberalismo clássico, somente o homem adulto economicamente independente tinha instrução e era considerado capaz de discernimento para tomar decisões políticas. Desse modo, a representação durante muito tempo foi bastante restrita.

Tomemos como exemplo a Inglaterra, a pátria do parlamentarismo e da democracia moderna. Logo após a chamada Revolução Gloriosa (1688), que limitou os poderes do rei e atribuiu ao Parlamento autoridade sobre o governo, somente 2% da população tinha direito de voto. Em 1832, quase 150 anos depois, após uma reforma eleitoral, esse índice subiu para 5%. As mulheres só conquistariam o direito de votar em 1928.

Podemos entender muito melhor a “igualdade política” defendida pelo pensamento liberal, que é a base ideológica do sistema capitalista, quando lemos o que disseram grandes pensadores liberais, como Benjamin Constant (1787-1874), Immanuel Kant (1724-1804) e Edmund Burke (1729-1797).

O pensador francês Benjamin Constant afirmava que as pessoas condenadas pela penúria ao trabalho diário e a uma situação de eterna dependência não estavam mais bem informadas acerca dos assuntos públicos que uma criança; por isso, não podiam desfrutar o direito eleitoral. Era necessário ter o tempo livre indispensável para adquirir os conhecimentos e os critérios justos. Só a propriedade proporcionava esse tempo livre e deixava os indivíduos em condições de exercitar os direitos políticos.

Immanuel Kant, filósofo alemão, afirmava que para exercer os direitos políticos era necessário não ser criança ou mulher. Mas não bastava a condição de homem; era preciso ser senhor de uma propriedade que lhe desse sustento. O dependente, o criado e o operário não podiam ser membros do Estado e não estavam qualificados para serem cidadãos.

Edmund Burke, pensador inglês de visão conservadora, ao analisar os perigos da Revolução Francesa para a sociedade burguesa, afirmava que somente uma elite tinha o grau de racionalidade e de capacidade analítica necessária para compreender o que convinha ao bem comum. Afirmava ainda que a propriedade garantia a liberdade, mas exigia a

desigualdade. Essas ideias ainda estão presentes nos dias de hoje, expressando-se, por exemplo, quando se afirma que o povo não sabe votar, que para ser deputado, senador ou mesmo presidente da República são necessários determinados atributos que, normalmente, só os membros das classes proprietárias possuem, como nível universitário, experiência administrativa, etc. A ação e o discurso contra a presença de trabalhadores, ou daqueles que defendem seus direitos, no Parlamento ou em cargos executivos, é algo muito antigo, mas está presente na sociedade contemporânea em geral, e muito claramente no Brasil.

Muitas pessoas também pensam que só se pode fazer política institucional por meio dos partidos políticos. Mas os partidos nasceram por causa da pressão exercida por quem não tinha acesso ao Parlamento. No início do Estado liberal, a ideia de partido era inaceitável, pois se considerava que o Parlamento devia ter unidade de formação e pensamento, não comportando divisões ou “partes” (o que a palavra partido expressa). Votavam e eram votados, na prática, apenas os que possuíam propriedades e riqueza, ou seja, aqueles que podiam viver para a política, já que não precisavam se preocupar com seu sustento. Assim, o Parlamento reunia os proprietários. Estes discutiam as leis que regeriam a sociedade como um todo com base na visão deles.

Somente quando outros setores da sociedade começaram a lutar por participação na vida política institucional, principalmente os trabalhadores organizados, os partidos políticos começaram a aparecer e a defender interesses diferentes: de um lado, o daqueles que queriam mudar a situação e, de outro, o daqueles que queriam mantê-la.

Pelas razões expostas, o pensador francês Claude Lefort, em seu livro **A invenção democrática** (1983), afirma que é uma aberração considerar a democracia uma criação da burguesia. Essa classe sempre procurou impedir que o liberalismo se tornasse democrático, limitando o sufrágio universal e a ampliação de direitos, como os de associação e de greve, e criando outras tantas artimanhas para excluir a maior parte da população da participação nas decisões políticas. Por isso, para ele, a democracia é a criação contínua de novos direitos. Não é apenas consenso, mas principalmente a existência de dissenso.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos propõe outros elementos para analisar a questão da democracia e da representação. Ele afirma que a democracia no mundo contemporâneo nos oferece duas imagens muito contrastantes. Por um lado, a democracia representativa é considerada internacionalmente o único regime político legítimo. Por outro, existem sinais de que os regimes democráticos, nos últimos vinte anos, traíram as expectativas da maioria da população, principalmente das classes populares.

As revelações mais frequentes de corrupção permitem concluir que alguns governantes legitimamente eleitos usam o mandato para enriquecer à custa do povo e dos contribuintes. Há também o desrespeito dos partidos por seus programas eleitorais logo após as eleições, o que faz os cidadãos sentirem-se pessimamente representados e acreditarem cada vez menos na democracia representativa.

4.3. A sociedade disciplinar e a sociedade de controle

Até aqui vimos análises sobre o poder e a política que privilegiam suas relações com o Estado. Mas existem pensadores que analisam a questão do poder e da política de modo diferente: não dão primazia às relações com o Estado, mas a elementos que estão presentes em todos os momentos de nossa vida. Entre eles, destacamos os franceses Michel Foucault (1926-1984) e Gilles Deleuze (1925-1995).

Foucault se propôs analisar a sociedade com base na disciplina no cotidiano. Para ele, todas as instituições procuram disciplinar os indivíduos desde que nascem. Assim acontece na família, na escola, nos quartéis, nos hospitais, nas prisões, etc., pois o fundamental é distribuir, vigiar e adestrar os indivíduos em espaços determinados. Diz ele que, além dos aspectos institucionais ou até jurídicos dessas instituições, esse poder desenvolve-se por meio de gestos, atitudes e saberes. É o que chama de “arte de governar”, entendida como a racionalidade política que determina a forma de gestão das condutas dos indivíduos de uma sociedade.

Nesse sentido, em seu livro **Microfísica do poder**, ele afirma: “nada é político, tudo é politizável, tudo pode tornar-se político”. Seguindo as pistas de Foucault, Deleuze declara que vivemos ainda numa sociedade disciplinar, mas já estamos percebendo a emergência de uma sociedade de controle. A sociedade disciplinar é a que conhecemos desde o século XVIII. Ela procura organizar grandes meios de confinamento: a família, a escola, a fábrica, o exército e, em alguns casos, o hospital e a prisão. O indivíduo passa de um espaço fechado para outro e não para de recomeçar, pois em cada instituição deve aprender alguma coisa, principalmente a disciplina específica do lugar.

Na sociedade disciplinar, a fábrica, por exemplo, é um espaço fixo e confinado onde se produzem bens. A fábrica concebe os indivíduos como um só corpo, com a dupla vantagem de facilitar a vigilância por parte dos patrões, que controlam cada elemento na massa, e de facilitar a tarefa dos sindicatos, que mobilizam uma massa de resistência.

O que nos identifica, na escola, no exército, no hospital, na prisão ou nos bancos, é a assinatura e o número na carteira de identidade e na carteira profissional, além de diversos

outros documentos. A sociedade de controle está aparecendo lentamente, e alguns de seus indícios já são perceptíveis. Ela é como uma “prisão ao ar livre”, na expressão do filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno. Os métodos de controle utilizados são de curto prazo e de rotação rápida, mas contínuos e ilimitados. São permanentes e de comunicação instantânea. Como não têm um espaço definido, podem ser exercidos em qualquer lugar. Exemplos de modos de controlar as pessoas constantemente são as avaliações permanentes e a formação continuada.

Outra forma de controle contínuo são os “conselhos” a respeito da saúde que estão presentes em todas as publicações, na televisão e na internet: “Não coma isso porque pode engordar ou aumentar o nível de colesterol ruim. Faça exercícios pela manhã ou pela tarde, desta ou daquela maneira, para ter uma vida mais saudável. Tome tal remédio para isso, mas não tome para aquilo”. Os controles nos alcançam em todos os momentos e lugares. Não há possibilidade de fuga. Se na sociedade disciplinar o elemento central de produção é a fábrica, na de controle é a empresa, algo mais fluido. Se a fábrica já conhecia o sistema de prêmios, a empresa o aperfeiçoou como uma modulação para cada salário, instaurando um estado de eterna instabilidade e desafios. Se a linha de produção é o coração da fábrica, o serviço de vendas é a alma da empresa.



(Imagem: google)

O marketing é agora o instrumento de controle social por excelência — possui natureza de curto prazo e rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina é de longa duração, infinita e descontínua. O lugar do marketing em nossa sociedade é evidente, uma vez que somos todos vistos como consumidores. O convencimento é ao mesmo tempo externo (pela recepção da mensagem) e interno (pela própria natureza do convencimento).

Ao ser interiorizada, a coerção afinal aparece como um imperativo. Se tudo pode ser comprado e vendido, por que não as consciências, os votos e outras coisas mais? A corrupção em todos os níveis ganhou nova potência. O que nos identifica cada vez mais é a senha. Cada um de nós é apenas um número, parte de um banco de dados de amostragem. A quantidade de senhas de que necessitamos para nos relacionar virtualmente com as pessoas ou com instituições é enorme e, sem elas, ficamos isolados.

Se na sociedade disciplinar há sempre um indivíduo vigiando os outros em várias direções num lugar confinado, na sociedade de controle todos olham para o mesmo lugar. A televisão é um bom exemplo disso, pois milhares de pessoas estão sempre diante do aparelho. Na final do campeonato mundial de futebol em 2006, cerca de um bilhão e meio de pessoas estavam conectadas ao jogo.

[**Conteúdo retirado do Livro Sociologia para o ensino médio / Nelson Dacio Tomazi. 2ª ed., São Paulo : Saraiva, 2010. p. 103-112]